



Exma. Senhora

Presidente da Comissão de Administração Pública,

Ordenamento do Território e Poder Local

Deputada Isaura Morais

REQUERIMENTO

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), organização de especialistas para mudanças do clima da ONU, vem ressaltando que os eventos extremos têm aumentado em frequência e intensidade, atingindo cada vez mais populações e sistemas naturais em todo o mundo. E a situação tende a agravar-se.

As mudanças climáticas causadas pela ação humana influenciam a probabilidade e/ou a severidade de eventos extremos.

As Secas, chuvas intensas, ondas de calor e furacões são eventos que, dependendo da região, são esperados de tempos em tempos. Mas o que se tem visto é uma intensificação e uma maior frequência desses fenômenos. Uma cheia ou seca extrema que ocorreria a cada 100 anos, por exemplo, passa a ter recorrência a cada dez anos; já a estação de furacões, que contaria com um furacão de intensidade máxima, passa a apresentar dois ou três.

Portugal foi o primeiro país do mundo a assumir o objetivo da neutralidade carbónica em 2050, na COP de Marraquexe, em 2016. Segundo a Comissão Europeia, Portugal é o país da UE que mais avançou e que está em melhores condições de cumprir os objetivos de redução de emissões até 2030. A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia foi decisiva para obter a aprovação, pelos 27, da Lei Europeia da Clima e foi recentemente aprovada a Lei do Clima pelo parlamento.

Portugal é um dos países da União Europeia mais vulneráveis às alterações climáticas e os seus impactos afetam-nos já no presente e os fenômenos extremos dos últimos dias primeiro na região do Algarve e nas últimas horas no Distrito de Lisboa são a perfeita expressão da mudança climática.



As noites de 7 para 8 e de 12 para 13 de dezembro foram marcadas por um fenómeno extremo que assolou várias áreas e que provocaram largas centenas de ocorrências que geraram severos prejuízos patrimoniais e implicaram vários realojamentos.

O Governo reuniu prontamente com os autarcas das áreas atingidas, por forma a avaliar o impacto dos estragos causados pela adversidade meteorológica ocorrida e inteirar-se da situação geral vivida por essas autarquias. Sabemos que esse levantamento será feito pelos municípios até 15 de janeiro, em articulação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), a que agora se associarão outras CCDRS.

Assim, justifica-se por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a iniciativa de promover este requerimento, solicitando, nos termos legais e regimentais aplicáveis, a Audição em Comissão da Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e da Senhora Ministra da Coesão Territorial, após a apresentação pelos autarcas dos relatórios e das avaliações das ocorrências e dos prejuízos causado.

Palácio de São Bento, 14 de dezembro de 2022

As Deputadas e Os Deputados,

Pedro Cegonho

Susana Amador